

# Protocolo Comunitário de Consulta Prévia, Livre, Informada, de Consentimento e Veto



TERRITÓRIO QUILOMBOLA  
BOM REMÉDIO

Rio Açacu - Abaetetuba-PA - Amazônia - Brasil



## **FICHA TÉCNICA**

### **Realização:**

Território Quilombola Bom Remédio

David Costa Ferreira - Coordenador Geral da Associação

Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombo das Ilhas de Abaetetuba - ARQUIA

Isaias Nery Rodrigues - Presidente

### **Comissão de Coordenação e Elaboração do Protocolo de Consulta :**

David Costa Ferreira

Maria de Lourdes Rocha Nery

Miguel Nery da Silva

Rosalina dos Santos Teles

Rosicleia Silva Ferreira

Rosirene Santos da Costa

William da Silva Costa

### **Facilitadores(as):**

João Gomes Neto - Coordenador Adjunto da FASE - Programa Amazônia

Simy Corrêa - Coordenadora Executiva FASE/FUNDO DEMA

### **Organizações Parceiras e Colaboradores:**

Coordenação das Associações de Comunidades Remanescentes de Quilombos do Pará

Aurélio dos Santos Borges - Coordenador Administrativo

FASE Amazônia

Guilherme Carvalho - Coordenador Regional

Cáritas Dom Ângelo Froisi

Antônia Botelho - Secretária Executiva

Johny Giffoni - Defensor Público e Pesquisador Voluntário

### **Equipe Revisora:**

Miguel Nery

Sara Pereira - Educadora da FASE

### **Arte e Diagramação:**

Rodrigo Figueiredo

### **Capa:**

Rodrigo Figueiredo

### **Fotografias:**

Dandara

Íris Vitória

João Gomes Neto

Miguel Nery

William Costa

1ª Edição

Tiragem: 1.000 exemplares

Publicação: Junho de 2020



# Nosso território, nossas regras!

Moramos às margens do Rio Açacu<sup>1</sup>, na região das Ilhas do Município de Abaetetuba, no Estado do Pará, Amazônia – Brasileira.

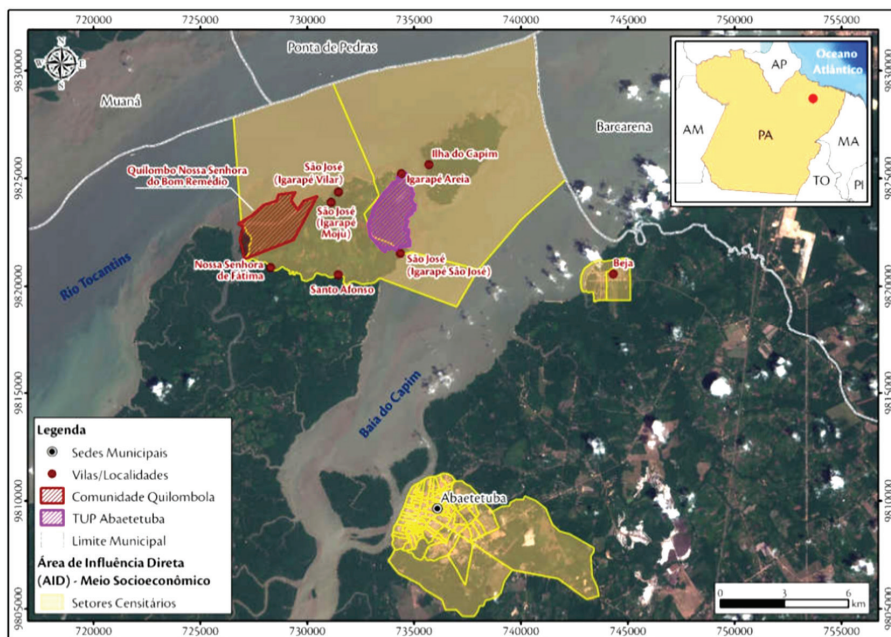


Figura 5. Área de influência direta do Terminal Portuário de Uso Privado – TUP Abaetetuba para o meio socioeconômico.

1 Açacu também é o nome popular de uma árvore que fornece madeira de ótima qualidade e seu látex é venenoso e era usado pelos indígenas para pescar.



**Hura crepitans** é uma árvore da família das euforbiáceas originária da Amazônia, de madeira aproveitável e cujo látex venenoso é usado para matar peixes.

## **Introdução**

Nós, famílias descendentes de pessoas escravizadas e povo quilombola da comunidade/Quilombo Bom Remédio (C.Q.B.R), localizada às margens do Rio Açacu, no município de Abaetetuba/PA, pertencemos à Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombo das Ilhas de Abaetetuba (ARQUIA), fundada em março de 2001. Atualmente, somos um quantitativo de aproximadamente 305, famílias, existimos, resistimos e sobrevivemos neste território a mais de II séculos. É aqui que vivemos especificamente da agricultura, extrativismos e da pesca, onde caçamos, pescamos, coletamos e tiramos nossos sustentos tanto do rio, igarapés, da baía que banha e rodeia nosso território, quanto da terra.

Preservamos, valorizamos e repassamos nossas práticas tradicionais de produção, culturais e expressões religiosas deixadas pelos nossos antepassados, as quais nos são ensinadas de geração em geração. O maior referencial de nossa comunidade é a festividade da padroeira que dá nome a comunidade que é festejada a muitos anos, uma expressão religiosa que concentra todas as pessoas que pertence a comunidade, sendo estes residentes ou não na comunidade, muitos aproveitam para rever os amigos e fazer seus votos de devoção.

Não temos ganância, pois compartilhamos quase tudo presente em nosso território, conhecemos todos os moradores da comunidade, e os problemas enfrentamos juntos, nos ajudamos uns aos outros e sempre tomamos decisões no coletivo, principalmente quando se trata de benefícios ou malefícios para a população da comunidade, e assim seguimos nossas vidas com “trancos e barrancos”, mas na certeza que não estamos sozinhos.

Sempre dependemos de nossas terras, Igarapés, Rio e Baía que rodeia



nosso território, porém, tais modos de subsistência estão cada vez mais difíceis, isso porque a poluição do rio, da baía e do ar, (oriundos principalmente das fabricas de Vila do Conde/Barcarena) estão afetando de forma notória a pesca e a produção de açaí em nossa comunidade, como se isso não fosse suficiente, nos últimos anos o projeto de construção de dois portos, um da empresa americana CARGILL e outro, em Ponta de Pedra, da empresa francesa Louis Dreyfus Company (LDC), ambas envolvidas com negócios de soja e agrotóxico. Além desses dois portos, que afetarão os nossos rios e pesca, está programada a construção da hidrovia Tocantina e mais outros portos no entorno de nosso território. Isso tudo ameaça de forma explicita a existência do povo de nossa comunidade e de mais 10 (dez) comunidades que se encontram nas proximidades.

Por isso, decidimos construir este protocolo comunitário de consulta prévia, livre, informada, de consentimento e veto baseado na convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e nas decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos. Essa Convenção nos garante este direito de ser consultados todas as vezes que os governos pretenderem construir qualquer obra ou tomar medidas legislativas ou administrativas que possam afetar nosso território, direta ou indiretamente. Exigimos que nosso direito de autodeterminação seja ouvido, respeitado e garantido, conforme a presente convenção e decisões internacionais que nos dão o direito de autorizar ou não qualquer plano do governo sobre nosso território. Portanto, estamos aqui há mais de II séculos, exigimos respeito! Nossas regras! Nossos direitos! Nosso território!



## Como fizemos este Protocolo!

Para a construção deste protocolo comunitário de consulta, realizamos estudos, reuniões envolvendo a comunidade, assembleias gerais, com apoio de diversos parceiros que vieram nos ajudar. Todas as reuniões/assembleias foram coordenadas por nós, da comunidade. Todas as decisões foram tomadas em votação pelos pertencentes à Comunidade Quilombola Bom Remédio. Foram momentos de muita troca de saberes, de encontros, de resgate histórico e de (re)afirmação de nossos direitos. O Protocolo foi construído em três momentos, que informamos a seguir:

**Primeiro momento:** realização de uma Assembleia Geral no dia 30 de março de 2019, para aprovar ou não a construção do nosso Protocolo de Consulta. Participaram mais de cem moradores da comunidade Bom Remédio e de outras comunidades vizinhas, nossas convidadas, afinal, todas elas serão prejudicadas com a construção de portos, ferrovias, termoeletrica, entre outras iniciativas que ameaçam os nossos territórios.

Convidamos parceiros para nos apoiar com a realização de cursos sobre a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), o direito à Consulta Prévia, Livre e Informada. Participaram como convidados a Federação de Órgãos Para Assistência





Social e Educacional (FASE), a Coordenação das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Pará (MALUNGU), a Cáritas Regional, a Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombo das Ilhas de Abaetetuba (ARQUIA), a Comunidade Agroextrativista Pirocaba e a Comunidade Quilombola Abacatal.

Nesta Assembleia, após os esclarecimentos e debates, ficou-nos evidente que as autoridades não podem construir nada e nem aprovar lei, decreto ou outra norma que venham nos afetar sem que sejamos consultados; que temos o direito de consentir ou não essas medidas. Em seguida, foi perguntado se todos e todas estávamos esclarecidos e se concordávamos em construir o Protocolo Comunitário de Consulta. A proposta de construir foi aprovada por unanimidade.

**Segundo momento:** realização da Oficina Sobre Convenção 169 e o Protocolo Comunitário de Consulta Prévia Livre e Informada, nos dias 01 e 02 de junho de 2019. Nesta oficina contamos também com o apoio dos nossos parceiros.

Na oficina fizemos trabalho em grupos e depois realizamos uma plenária para a exposição dos grupos.

Em grupos, construímos a **LINHA DO TEMPO** da nossa comunidade, lembrando quem foram os nossos ancestrais, como chegaram aqui, de onde vieram, buscando (re)afirmar a nossa história de luta e resistência nesse território.

## **LINHA DO TEMPO**

---

Somos descendentes das famílias Lobo, Assunção, Rocha, Teles, Praxedes, Ferreira, Lima e Barros. Nossos ancestrais estão aqui em Abaetetuba desde antes do século XIX e são originários dos povos africanos captura-



dos e escravizados por colonizadores brancos.

A nossa terra é coletiva, não nos preocupamos em dividir o que é de todos nós. Cada um sabe o seu limite e respeita as regras de uso para que todos possam ter seus direitos assegurados.

Aqui vivemos livres, em harmonia com as águas, os rios, as florestas, os animais e a terra. Por todos esses séculos sobrevivemos, sem depender desse progresso e desenvolvimento de vocês das cidades. Esse tal desenvolvimento como vemos em Vila do Conde, só tem contaminado nossos açazais, poluído os rios e matado os peixes. Apesar de vocês, governos da cidade (Estado e Federal), não nos abastecerem com água limpa, já que poluíram as nossas, e não terem cumprido com a sua obrigação de garantir os nossos direitos ao atendimento digno de saúde e educação, nós existimos e resistimos, com a força dos nossos ancestrais.

A maioria das nossas casas são de madeira, construídas na beira dos rios e adaptadas para resistir às enchentes. No Rio Açacu e Urubuêua pescamos e tomamos banho. Eles são nossas ruas e lugar sagrado.

Como não havia energia elétrica ou solar, usávamos a **candeia**, uma vasilha de barro com pavio e óleo de andiroba que servia para iluminação e espantar mosquitos. A andiroba servia também (e ainda serve) para desmentidura, passar no cabelo para combater lêndeadas e torná-lo macio, fazer xarope para tosse e curar a garganta.

A gente gapuia, usa o pari (feito da tala do jupatizeiro para fazer cacuri para pescar), tapagem no igarapé e na praia pra pegar peixe. Naquela época tinha peixe grande. Fazíamos coleta do óleo de ocuúba para fazer sabão. Tiramos cipós para construir matapi e fazer artesanato e palha para cobertura. Pescamos mapará, pescada, sarda, filhote. Apanhamos açaí, abacaba e fazemos farinha de mandioca. Também já coletamos látex de seringueira.

Com a ajuda de dona Paulina, seu Nazareno, dona Lourdes e dona Maria Lobo, vamos contar mais um pouco de nossa história.

Dona Paulina explica que as mulheres tinham que manter sempre o fogo à lenha aceso, dia e noite, e que as melhores lenhas eram tiradas das árvores **tatamanha, paranarí e pacapuá**. Lembra que quando uma jovem casava, só depois de oito dias que o pai permitia que ela fosse morar com o marido.

Nazareno Teles Sena lembra: “na minha adolescência<sup>2</sup> pescava-se uma piraíba<sup>3</sup> que pesava mais de cem quilos, cortava-se e ia vender de porto em porto para os moradores. Assim fazia-se também com o mapará. Agora só se vende peixe inteiro”. Continua Nazareno “quando morria uma pessoa, havia um luto de oito dias, com reza de terço. Eram oito dias de luto, sem pescar, sem ir pra roça. Se pegasse peixe, apodrecia mesmo”, conta.

Havia a ladainha cantada em latim e feita de casa em casa. São Sebastião era um dos santos festejados e até hoje Nazareno é o guardião deste santo, em sua casa.

Nosso transporte era só de canoa movida à vela e a remo. Também havia o batelão<sup>4</sup>. Uma canoa à vela que levava três dias para chegar em Belém, dependendo do vento.

---

2 Década de 60

3 Filhote

4 Barco movido à vários remos.

Comunidade Quilombola Bom Remédio



Foto: William Costa

Na década de 50, houve a chegada de Álvaro da Rocha<sup>5</sup>. Em 1961 foi celebrada, pelo padre Valeriano, a primeira missa de batismo, na casa do Sr. Manoel Rocha Nery (Duquita). Na década de 70, foi construído o barracão para celebração e realização de várias reuniões e festejos da comunidade. Nazareno lembra que a primeira madeira tirada para construir o barracão foi arrastada pelas águas, rio abaixo.

Ao final da década de 70 e início da década de 80, houve a chegada do padre José Borgueses, que trouxe a imagem de Nossa Senhora do Bom Remédio, que passou a ser a padroeira da Comunidade. Com ele também se inaugurou o modelo de Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Neste período, foi construída a primeira igreja católica.

Nessa época, havia a festividade de São Raimundo. Aumentou o número de roças e também surgiram as olarias. Quando se esgotou a argila do rio Urubuêua passamos a trazer do município de Muaná.

O acesso à educação era mais precário, as crianças não tinham acesso à escola. Quando lutamos e conseguimos, as aulas eram realizadas nas casas dos moradores, pois não havia nenhuma escola.

Na década de 80, iam muitos trabalhadores do Açacu trabalhar na implantação da fábrica da Albrás. Trabalho pesado. Quando passaram a exigir o trabalho com a caneta, todos foram dispensados.

As lideranças Maria de Lourdes, Rosalina, Ramiro, Nazareno e Romildes Teles levantaram a discussão do autorreconhecimento como quilombolas e a luta pelo território. Em 1989 inicia o movimento para demarcar o território quilombola, com apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT), Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Abaetetuba (STR) e da Paróquia das Ilhas. Romildes, que teve muito contato com o Padre José, foi um dos primeiros a despertar para a identidade quilombola.

Finalmente, em 05 de maio de 2002, conquistamos o título de reconhecimento de domínio coletivo, pelo Instituto de Terra do Pará (ITERPA), em nome da Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos das Ilhas de Abaetetuba (ARQUIA), com área total de 588.1670 ha, registrado

5 Fundador da comunidade evangélica Assembleia de Deus.

## Comunidade Quilombola Bom Remédio

sob o número 2001/274.554, em Abaetetuba.

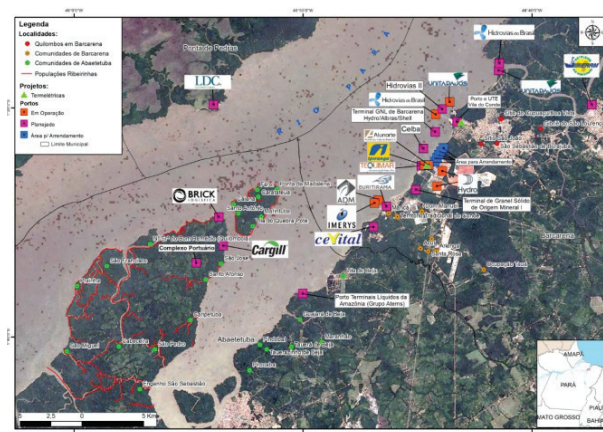
De 2003 a 2005, muitas mudanças aconteceram devido ao reconhecimento do nosso território, trazendo direitos. Entre 2005 e 2009 houve mudança do tempo, com mais acesso a recursos, a motores de barco, houve uma aceleração. Em 2009 houve a inauguração da igreja da Assembleia de Deus.

**Construção do MAPA DE AMEAÇAS.** Momento em que os grupos, e depois a plenária, identificaram tudo aquilo que ameaça a nossa vida, os nossos rios e florestas, a pesca, a nossa cultura.

## Mapa de Ameaças

Sofremos várias ameaças ao nosso território, principalmente os grandes projetos, como os portos. Já estamos sofrendo com o que acontece em Vila do conde.

O relatório da oficina de construção da cartografia social do território, feito pelas pesquisadoras *Eliana Teles e Marcelle Di Paula Lobato*, dão conta que:



“...os comunitários destacaram o assédio por parte de pesquisadores contratados pela empresa que irá construir o TUP<sup>6</sup>. A agente comunitária de saúde, Márcia Trindade, relatou: “muita gente, muitos grupos vêm aqui dizendo que são pesquisadores, inclu-

<sup>6</sup> Terminal Portuário de Uso Privado

sive veio um que até sabia o meu nome e quando foi na reunião, eu vi, tinha minha foto no lado de gente da empresa”. Ao se referir a importância do mapeamento, ela diz: “é importante a gente conhecer o nosso território, porque assim a gente sabe como se defender. E nós não estamos parados, não. Já teve várias vezes “Grito das Águas” e nós estamos lá; quando tem reunião na Câmara, nós estamos lá, pode até não resolver, mas o nosso grito nós deixamos lá e nós estamos aqui pra lutar; não vamos deixar ninguém invadir nosso território, sem que a gente faça alguma coisa, porque nós somos filhos dessa terra”<sup>7</sup>.

**ÁGUA CONTAMINADA** – até os anos 2000, a água era captada diretamente do rio por toda a comunidade. Depois disso, ninguém teve mais coragem de beber a água do rio por conta da contaminação por vazamento de rejeitos de minérios, lixo, óleo combustível das balsas, navios, naufrágio do navio Haydar e fossas a céu aberto.

**AMEAÇA À PESCA** – Existia grande fartura de peixes, mas com essas contaminações do rio não tem mais peixes como antigamente. Houve redução da quantidade de camarão, filhote, piraíba, bacu, mapará, pescada, tainha, ituí-terçado. Pescadores precisam pescar fora, não tem mais cardume de tainha, a pesca artesanal na comunidade está ameaçada.

<sup>7</sup> <http://novacartografiasocial.com.br/reuniao-preparatoria-de-oficina-de-mapeamento-na-comunidade-quilombola-nossa-senhora-do-bom-remedio-territorio-assacu-na-ilha-xingu-abaetetuba-pa/>.

Quilombola

lutando:

Re-existência.

Sempre!

Foto: João Gomes Neto



**AMEAÇA AO AÇAIZAL** – Uma das nossas principais fontes de alimento e renda, a produção de açaí diminuiu depois da instalação das indústrias mineradoras na região, no período da safra, no período da paroação<sup>8</sup>, antes da época de colheita o fruto já está secando – a palmeira tem sido afetada como um todo, a folha seca na palmeira, antigamente ela caía e secava no chão - o açaizal precisa da mesma água que nós utilizamos e com a contaminação. Isso tem afetado nossos açaizais.

**SAÚDE** – Queda de cabelo, coceira, bactérias, feridas pelo corpo. Doenças decorrentes do uso de água contaminada.

**CAR** – Cadastro Ambiental Rural (CAR) são feitos sobrepostos ao território da comunidade.

**MINERAÇÃO** – depois da instalação das mineradoras houve a poluição das águas, do ar, dos solos. Vazamento da empresa norueguesa Hydro, em 17 e 18 de fevereiro de 2018, afetou 147 pessoas que passaram mal, com diarreia, vômito e coceira.

8: Quando o fruto começa a amadurecer

## Comunidade Quilombola Bom Remédio

**EMPRESA CARGILL** – empresa multimilionária, americana, que está em todos os continentes, capital privado, controlada por três famílias. Há a previsão de instalação de um porto da empresa na região que também vai ameaçar a pesca e a vida da comunidade.

**PORTOS** – são aproximadamente 20 portos, sendo que o da empresa CARGILL está praticamente em cima da comunidade, a apenas 2,3 km de distância. Tais empreendimentos prejudicarão a pesca na região. Além disso, poderá provocar: expulsão das pessoas de seus territórios; o aumento do tráfico de drogas, da violência e da exploração sexual de crianças e adolescentes; prostituição e violência contra as mulheres; invasão das casas; desrespeito à comunidade.

O trânsito de grandes embarcações atrapalhará a pesca artesanal e será um perigo de atropelar as pequenas embarcações; perigo nos espaços de lazer, nos clubes e praias locais com a circulação de pessoas desconhecidas; grandes barcos vão jogar lixo e água suja nos rios; os barcos grandes transportarão grãos transgênicos como milho, soja e outros produtos que contaminarão os rios; perigo de pessoas armadas ameaçando nossos pescadores, caçadores, coletores do nosso território e do lago do Piri, berçário de reprodução de espécies; já há aparecimento de drones, que tiram a privacidade das comunidades, não sabemos quem está filmando e fotografando. Eles voam bem baixo. Estamos sendo vigiados; pessoas que entram

nos rios e fotografam as pessoas e comunidades; pessoas entraram no território e enterraram algum equipamento/cabos sem autorização, consentimento ou conhecimento da comunidade; nos espaços escolares, os alunos receberam atividades de pesquisa sobre suas vidas e de suas famílias e após os módulos soubemos que os professores passaram essas informações às empresas. A empresa Cargill enviou pessoas que tiraram fotografias de pessoas da comunidade e colocou nos estudos e documentos da empresa sem autorização, sem consentimento das pessoas e das comunidades; caiu de paraquedas equipamento no terreno de uma pessoa da comunidade – equipamento sonda?

Em seguida os Grupos apresentaram os seus resultados na Plenária, onde todos participaram, debatendo e construindo juntos. O resultado dessa Plenária serviu para construir o Protocolo.

**Terceiro momento:** Assembleia Geral de aprovação do Protocolo de Consulta.



Foto: William Costa

# Comunidade Quilombola Bom Remédio



FORA  
BOLSONARO

Diga não à  
violência!

PROTEÇÃO DE TERRA E AGRICULTURA FAMILIAR E  
RORSEMPRE DO TERRITÓRIO QUILMBOLA BOM REMÉDIO

Este documento é uma cópia de um documento original. O conteúdo não é responsável por danos ou danos materiais. O conteúdo não é responsável por danos ou danos materiais.

Por: Autor: Fundação Quilombola Bom Remédio

Foto: Dandara



# **REGRAS DO TERRITÓRIO QUILOMBOLA BOM REMÉDIO PARA A REALIZAÇÃO DA CONSULTA PRÉVIA, LIVRE, INFORMADA, DE CONSENTIMENTO E VETO**

## **QUEM SERÁ CONSULTADO?**

TODOS DA COMUNIDADE:

Agentes de saúde, homens, mulheres, rabeteiros, pescadores, lavradores, professores, comerciantes, estudantes – inclusive universitários, evangélicos das igrejas Deus é Amor e Assembleia de Deus, católicos, crianças, representantes dos clubes de futebol, jovens, parteiras, benzedeiras, merendeiras e ribeirinhos/as.

## COMO DEVE SER O PROCESSO DE CONSULTA?

A consulta deve ser no território do quilombo Bom Remédio e de forma livre, em linguagem simples e compreendida, com muita antecedência e seguindo as regras do território e deste protocolo de consulta.

O governo deverá enviar ofício para a coordenação da comunidade solicitando a consulta.

A coordenação receberá o ofício e convocará a assembleia geral para decidir coletivamente **como e quando** será a consulta.

As reuniões serão com todos os grupos citados acima, de forma conjunta e também com cada grupo.

**COMO NÓS  
TOMAMOS AS  
NOSSAS DECISÕES?**

Em assembleia geral ordinária e extraordinária com os integrantes do território.

Somente depois de ter total esclarecimento e conhecimento sobre o objeto da consulta.

Sem pressão, sem armas de fogo e sem presença de policiais, forças armadas, forças militares, força nacional, Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) e outros.



## O QUE ESPERAMOS DA CONSULTA?

Que seja respeitada a nossa decisão de consentir ou não o objeto da consulta.

Exigimos que os nossos direitos sejam garantidos e respeitados.

Que a convenção 169 e este protocolo sejam respeitados.

Proteger nossos povos, nossas tradições, nosso modo de viver, nossas culturas.

A consulta deve ser prévia, livre, bem informada e de boa fé.



## QUEM ORGANIZA E COORDENA AS REUNIÕES?

Uma comissão de coordenação do processo de consulta constituída por representantes de grupos sociais do território. Cada grupo indicado escolhe o seu representante.

## QUEM PAGA OS CUSTOS DA CONSULTA?

O governo, através do poder legislativo ou executivo, que realizar o ato administrativo ou legislativo que venha a afetar o quilombo, mas nunca as empresas, ou a Fundação Cultural Palmares.

## QUAL O MELHOR PERÍODO PARA ACONTECER A CONSULTA?

Será decidido em assembleia geral, de acordo com o plano de consulta e seu objeto.

## DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

- As comunidades vizinhas também devem ser consultadas. Coordenações das comunidades vizinhas (Ilha do Capim, Vilar, Nossa Senhora de Fátima, Coqueiro, Caripetuba, Xingu, São José, Cabeceira, Paramajó, Tauá (setor 10 e 11 – divisão da igreja);

## Comunidade Quilombola Bom Remédio

- Fica expressamente proibido às pessoas, empresas e quaisquer organizações estranhas ao território realizar filmagem, gravação de áudio, fotografia, pesquisas, coleta de assinatura, publicação, divulgação de material e informações sem consentimento da comunidade;
- A Consulta Prévia não se confunde com audiências públicas, com o estudo de componente quilombola, ou com o plano básico ambiental quilombola;
- O processo de consulta deve ocorrer antes da tomada de qualquer ato administrativo, ou legislativo, ou seja, antes da proposta do projeto de lei, ou antes, de qualquer estudo de viabilidade ou proposta administrativa;
- O processo de Consulta Prévia, Livre e Informada poderá gerar três resultados, a depender das discussões, vontade e auto-determinação da comunidade, sendo eles: 1. Veto; 2. Acordo; 3. Consentimento, devendo o governo respeitar a deliberação do processo de consulta;
- Este protocolo poderá ser atualizado a partir de deliberação em assembleia geral específica para esse fim, a qualquer tempo, com quórum mínimo de 70% (setenta por cento) do número de participantes da assembleia de aprovação deste protocolo, devendo seguir todos os passos adotados para a construção deste protocolo.

Este Protocolo foi aprovado em Assembleia Geral da Comunidade Quilombola Bom Remédio, realizada no dia 17 de junho de 2019.

## Realização:



## Assessoria na Elaboração do Protocolo:



## Organizações Parceiras:



ASSOCIAÇÃO DOS  
AGROEXTRATIVISTAS, PESCADORES  
E ARTESÃOS DO PIROCABA  
(ASAPAP)



## Apoio:



REALIZAÇÃO

